



EESC info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

July 2024 | PT



[A perspetiva dos cidadãos – 4.ª temporada, episódio 6 – A governação económica: a Europa numa encruzilhada](#)

Bem-vindo ao *podcast* do Comité Económico e Social Europeu [«A perspetiva dos cidadãos»](#). Neste episódio, analisaremos as

complexidades da governação económica e os desafios que se colocam ao panorama económico europeu. Falaremos sobre o nível de consenso entre os países da UE em matéria de governação económica e sobre as difíceis escolhas que a Europa terá de fazer para adaptar a sua economia às exigências do século XXI.

Estarão connosco **Luca Jahier**, antigo presidente do CESE e atual presidente do Grupo do Semestre Europeu do CESE, **Margarida Marques**, deputada ao Parlamento Europeu da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, **Maria Demertzis**, investigadora principal na Bruegel, e **Maria Tadeo**, correspondente em Bruxelas. (tk)

This page is also available in:

- [ES](#)
- [BG](#)
- [CS](#)
- [DA](#)
- [EN](#)
- [DE](#)
- [ET](#)
- [FR](#)
- [EL](#)
- [GA](#)
- [HR](#)

- [IT](#)
- [LV](#)
- [LT](#)
- [HU](#)
- [MT](#)
- [NL](#)
- [PL](#)
- [FI](#)
- [RO](#)
- [SK](#)
- [SL](#)
- [SV](#)

Available Languages:

ES	BG	CS	DA	EN	DE	ET	FR	EL	GA	HR	IT	LV	LT	HU	MT
NL	PL	PT	FI	RO	SK	SL	SV								

EDITORIAL



Editorial

Precisamos de uma Europa que escute a voz dos jovens

O novo Parlamento Europeu realizará a sua primeira sessão plenária em julho. Embora as forças pró-democráticas continuem a ter a maioria na sua composição, o aumento da extrema-direita e das forças eurocéticas após as eleições de junho constitui uma tendência preocupante. Assistimos também à atração crescente dos partidos de extrema-direita junto da geração mais jovem, que manifestamente não é imune a estas tendências. Chegou o momento de as forças democráticas assumirem a sua responsabilidade, trabalharem em conjunto e demonstrarem o seu empenho firme para com

uma Europa forte, em que os jovens tenham uma palavra a dizer.

A participação dos jovens na elaboração das políticas da UE é indispensável para uma Europa resiliente, sustentável e virada para o futuro. Precisamos de redobrar de esforços para integrar plenamente o seu ponto de vista nos compromissos assumidos a nível da UE. As eleições não devem ser o único momento em que os jovens têm uma palavra a dizer, pelo que o CESE defende a criação de mecanismos para a sua participação regular e sistémica.

Abrir as portas do CESE aos jovens – incluindo os dos países candidatos – constitui uma das prioridades do meu mandato. Em maio de 2024, o CESE tornou-se a primeira instituição da UE a aplicar às suas recomendações políticas a avaliação da perspetiva dos jovens – um instrumento concebido para assegurar que as propostas beneficiam os jovens. Ao aplicar a avaliação da perspetiva dos jovens aos nossos pareceres, asseguramos que as políticas integram o seu ponto de vista, que o impacto nos jovens é tido em conta e que são atenuados os potenciais efeitos negativos que as políticas podem ter sobre eles.

Antes da introdução da avaliação da perspetiva dos jovens, levámos a cabo um projeto-piloto para ter uma ideia do seu funcionamento na prática. Trabalhámos com jovens de toda a Europa e não só, que participaram nas nossas reuniões e colaboraram na elaboração de pareceres. Foi inspirador ver o seu empenho e dedicação e a forma como contribuíram com ideias brilhantes e conhecimentos especializados. Lançámos recentemente um convite à apresentação de candidaturas para a avaliação oficial da perspetiva dos jovens pelo CESE, que foi encerrado em 30 de junho. Gostaria de agradecer a todos os representantes da juventude que participaram no projeto-piloto e aos membros do Grupo do CESE para a Juventude o seu afinho em transformar a avaliação da perspetiva dos jovens numa realidade.

A UE precisa dos jovens. É por esta razão que as outras instituições da UE devem seguir o exemplo do CESE em prol de uma Europa virada para os jovens. Enquanto o Parlamento Europeu toma forma no próximo mês e a Comissão Europeia se prepara para iniciar o seu próximo mandato no outono, o CESE continuará a promover um maior investimento nos jovens. Chegou o momento de ir mais longe!

Neste início do verão, aproveito a oportunidade para agradecer calorosamente a todos os colegas cujo trabalho tornou possível concretizar mais um marco importante para o nosso Comité.

Oliver Röpke

Presidente do CESE

AGENDA

12 de julho de 2024

[Não deixar ninguém para trás: compromisso europeu com as doenças raras](#)

15 de julho de 2024

[A violência contra as mulheres enquanto questão de direitos humanos](#)

18-19 de setembro de 2024

Reunião plenária do CESE

A avaliação da perspectiva dos jovens pela UE é um instrumento concebido para assegurar o reforço da participação da juventude na elaboração das políticas. Terminado o prazo para apresentação de candidaturas à avaliação da perspectiva dos jovens pela UE no CESE, a presidente do Grupo do CESE para a Juventude, Katrína Leitãne, partilhou connosco as suas ideias sobre o que a avaliação traz às organizações de juventude selecionadas para participar nos trabalhos do CESE.



CESE INCLUI REPRESENTANTES DA JUVENTUDE NOS SEUS TRABALHOS

Por Katrína Leitãne, presidente do Grupo do CESE para a Juventude

Os interesses dos jovens estão sub-representados a nível mundial no processo de elaboração de políticas, mas os jovens estão prontos, dispostos e aptos a contribuir para o processo. A inclusão da perspectiva dos jovens nos trabalhos do CESE conduzirá a políticas da UE mais representativas e resilientes. Enquanto casa da sociedade civil europeia, o CESE deve ser a principal instituição da UE a representar a voz dos jovens.

O CESE envida esforços há vários anos para definir a melhor forma de integrar os pontos de vista dos jovens europeus no seu trabalho e no processo de decisão da UE. O Grupo do CESE para a Juventude foi criado há um ano para formalizar a participação dos jovens. Com o Parecer – [Avaliação da perspectiva dos jovens pela UE](#), publicado em setembro de 2022, o CESE tornou-se a primeira instituição da UE a assumir um compromisso em prol da participação dos jovens. Em abril de 2024, o CESE deu mais um grande passo em frente ao aprovar a metodologia a aplicar na **avaliação da perspectiva dos jovens pela UE no CESE**.

A avaliação da perspectiva dos jovens pela UE é um instrumento concebido para reforçar a participação e a integração da juventude na elaboração das políticas. Inclui consultas, avaliações de impacto e medidas de atenuação. No CESE, tal significa que os representantes da juventude colaborarão com os membros do CESE na elaboração de pareceres selecionados. Concretamente, os representantes da juventude participarão em reuniões e audições, fornecerão contributos escritos e terão a possibilidade de acompanhar o impacto dos pareceres. Um representante da juventude por parecer trabalhará em nome de todas as organizações de juventude interessadas.

A iniciativa encontra-se atualmente na sua fase de execução. Em junho, foi lançado um convite aberto à participação de organizações de juventude, tendo o CESE recebido mais de 100 candidaturas. As organizações de juventude elegíveis serão informadas regularmente sobre novos pareceres e ser-lhes-á perguntado se pretendem participar nos respetivos trabalhos. As mesas das secções e da Comissão Consultiva das Mutações Industriais (CCMI) tomarão a decisão final sobre quais os pareceres que serão submetidos à avaliação da perspectiva dos jovens pela UE no CESE.

A experiência adquirida com um projeto-piloto muito bem-sucedido ajudou o Grupo do CESE para a Juventude a elaborar esta metodologia. Cada secção do CESE, bem como a CCMI, selecionou um parecer, o que permitiu a participação com êxito de um total de 20 representantes da juventude nos trabalhos. Os pareceres abordaram uma série de temas, desde o Semestre Europeu até à defesa da democracia.

O Grupo do CESE para a Juventude está a envidar esforços para encontrar a melhor forma de associar de forma significativa as organizações de juventude. A próxima etapa consiste em começar a aplicar a iniciativa, e revê-la e melhorá-la regularmente à medida que avançamos.

Para mais informações, consulte a nossa página Web dedicada à [Avaliação da perspectiva dos jovens pela UE no CESE](#) ou contacte o secretariado através do endereço youthesc@eesc.europa.eu.



O CONVIDADO SURPRESA

Os jovens da Albânia desempenham um papel extremamente importante na aproximação do seu país à UE. No entanto, muitas vezes a sua vontade de serem agentes de mudança e o seu entusiasmo pela União Europeia não são acompanhados pela disponibilização de recursos adequados que lhes permitiriam participar de forma útil em programas, projetos e na tomada de decisões. O que é necessário é uma coordenação global das partes interessadas centrada nos jovens, escreve a nossa **convidada surpresa, Dafina Peci**, diretora executiva do Congresso Nacional da Juventude da Albânia.

Em 2016, **Dafina Peci** assumiu o cargo de diretora executiva do Congresso Nacional da Juventude da Albânia, após ter presidido ao congresso durante dois anos consecutivos. Desde 2017, Dafina Peci também leciona no Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Tirana. Participou no grupo de trabalho responsável pela criação do Gabinete de Cooperação Regional da Juventude (GCRJ) e, posteriormente, representou a Albânia no conselho de administração do GCRJ, representando ao mesmo tempo a juventude no seu Comité de Direção. É licenciada em Ciências Políticas e Relações Internacionais e tem um Mestrado em Ciências da Política Regional e Segurança. Concluiu igualmente uma pós-graduação de especialização em Segurança após Conflitos, Consolidação da Paz e Entidades de Intermediação.



ALBÂNIA NA VIA DA ADESAO À UE: PARCERIAS COM OS JOVENS E A SOCIEDADE CIVIL SÃO FUNDAMENTAIS

Por Dafina Peci, diretora executiva do Congresso Nacional da Juventude da Albânia

Os jovens são colaboradores importantes também no presente, e não apenas enquanto futuros dirigentes. A sua energia, imaginação e vontade de ver concretizadas grandes ideias são vitais para o progresso da sociedade. A participação ativa dos jovens promove os valores democráticos, o progresso social e o desenvolvimento pessoal, além de proporcionar aos decisores informações importantes sobre os problemas que exigem atenção.

Na Albânia, os jovens manifestam grande entusiasmo relativamente à integração na UE, mas este sentimento não está a ser apoiado por informação, conhecimento ou mecanismos de participação adequados.

A Albânia teria muito a ganhar ao capacitar os jovens para participarem de forma substantiva em programas e projetos, ajudando a juventude albanesa a expressar as suas necessidades e prioridades e a agir para concretizar as mudanças desejadas.

Nos seus contactos com os jovens, o Congresso Nacional da Juventude da Albânia tem consagrado uma parte importante dos seus esforços à compreensão das mudanças que o ativismo da sociedade civil e a participação dos jovens induziram na sociedade. A fim de reforçar as atividades e a participação dos jovens no processo de integração da Albânia na UE, afigura-se essencial ter verdadeiramente em conta os ensinamentos retirados do passado, começando por parcerias sólidas que deem prioridade aos jovens, investindo na juventude como um ativo valioso e promovendo o reforço das sinergias entre todas as partes interessadas pertinentes. Do meu ponto de vista, estes elementos são cruciais.

Parcerias com os jovens e a sociedade civil para promover o processo de integração da Albânia na UE

Além de serem a nossa verdadeira esperança, os jovens são os nossos principais agentes da mudança, ajudando a Albânia a avançar – não só rumo a um futuro melhor, mas também para criar um presente que seja o melhor possível. Possuem a coragem, os ideais e a vontade de tornar realidade até os conceitos mais difíceis. Os adolescentes que participam ativamente na sociedade fomentam o seu próprio desenvolvimento pessoal e social, mas também promovem uma sociedade mais democrática e oferecem aos decisores perspetivas valiosas sobre uma série de questões e tendências que exigem respostas. Seria extremamente benéfico para a Albânia capacitar e envolver os jovens proporcionando-lhes uma participação substantiva em atividades e programas que respondam às suas necessidades e aos seus objetivos.

A participação não é apenas um conceito fundamental de direitos humanos, mas constitui também uma via concreta para a promoção de uma cidadania ativa para todos. Votar e ser candidato a eleições são componentes cruciais da vida democrática, mas a participação dos jovens na vida quotidiana não se reduz apenas essas atividades. Entre as condições para uma cidadania ativa incluem-se as oportunidades e o

direito de participação, mas também a existência de meios, espaço, instrumentos e, quando necessário, apoio financeiro para poder influenciar os processos de decisão e participar em ações e atividades que reforcem e respaldem a sociedade e a tornem mais resiliente.

Nesse sentido, o alargamento das redes de organizações da sociedade civil é essencial para proporcionar espaços adicionais de integração e capacitação dos jovens. As organizações da sociedade civil podem desenvolver boas práticas, aprender umas com as outras, partilhar informações e descobrir novas ideias através da colaboração, do estabelecimento de redes e da criação de sinergias. Além disso, tal permite-lhes canalizar financiamento adicional para os pilares do seu trabalho conjunto e coordenar políticas e programas. Os jovens são capacitados através do trabalho realizado pelas organizações da sociedade civil, o que também contribui para reforçar a representação e a participação dos grupos de jovens na sociedade.

A fim de aproveitar o potencial e a inovação que os jovens podem trazer à sociedade albanesa ao definirem o caminho para o desenvolvimento social, cultural e económico, espero que esta expansão se concretize e se torne um apelo federador ao ativismo dos jovens e da sociedade civil.

Há um longo caminho a percorrer e é necessário envidar mais esforços para reforçar a participação ativa e substantiva, a representação e a liderança dos jovens na sociedade. A participação dos jovens deve também passar por criar e dar prioridade a espaços para o acesso à informação, bem como oportunidades de diálogo e partilha de conhecimentos com os pares, as partes interessadas e os decisores.



UMA PERGUNTA A...

Quase metade dos estagiários na UE não são remunerados e muitos são «falsos» estagiários, usados como mão de obra barata, sem acesso a proteção social ou outros direitos. A recente proposta da Comissão Europeia para melhorar a qualidade dos estágios na UE, embora acolhida favoravelmente como um passo na direção certa, tem sido criticada por não ir suficientemente longe. Solicitámos a **Nicoletta Merlo**, relatora do Parecer – Diretiva Estágios e Quadro de Qualidade para os Estágios reforçado, que nos apresentasse o ponto de vista do CESE sobre a proposta da Comissão e partilhasse connosco as propostas do Comité

para melhorar a qualidade dos estágios e assegurar a sua acessibilidade a todas as pessoas e não apenas aos jovens com recursos financeiros.



PÔR FIM À EXPLORAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS

Por Nicoletta Merlo

Os estágios são uma via para os jovens se familiarizarem com o mundo do trabalho, que lhes permite beneficiar de orientação e formação. Generalizaram-se consideravelmente em toda a Europa, nomeadamente graças à Garantia Europeia para a Juventude. A recomendação do Conselho relativa a um Quadro de Qualidade para os Estágios, de 2014, forneceu orientações valiosas aos Estados-Membros para a aplicação

desse instrumento.

Infelizmente, ao longo do tempo, registaram-se abusos e distorções na forma como os estágios são utilizados, nomeadamente um aumento dos casos de exploração de jovens estagiários usados como mão de obra barata para substituir trabalhadores, sem acesso a salvaguardas e proteção social adequadas.

Por este motivo, o CESE apoia o objetivo da Comissão Europeia de reforçar o quadro de qualidade para os estágios em toda a Europa, especialmente no tocante ao reforço das componentes de aprendizagem e formação e à luta contra a utilização abusiva e excessiva dos estágios.

No entanto, as duas propostas da Comissão – que incluem uma recomendação do Conselho atualizada e uma diretiva – abordam apenas algumas das questões e contêm aspetos problemáticos:

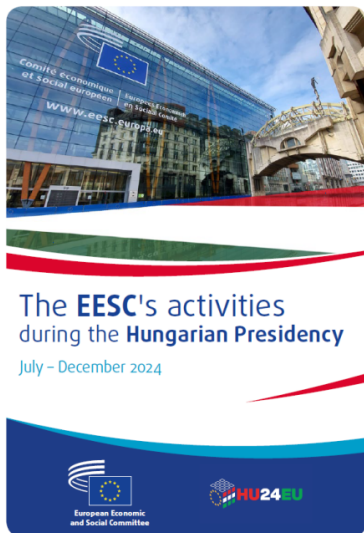
- - referem-se indistintamente a todas as formas de estágio, não tendo devidamente em conta as diferenças existentes entre os vários tipos de estágio e as suas finalidades ou aplicações diferentes nos Estados-Membros;
- - não se estabelecem as medidas necessárias para prevenir a utilização abusiva dos estágios a montante, faltando também regras vinculativas para melhorar as normas de qualidade; e
- - no que diz respeito à proposta de diretiva, o âmbito de aplicação limitado apenas aos estagiários que são considerados trabalhadores ou que têm uma relação de trabalho – o caso em menos de metade dos Estados-Membros – restringe o leque de destinatários e corre o risco de não alcançar os resultados esperados.

No meu entender, a fim de reforçar a qualidade dos estágios, devem prever-se, em primeiro lugar, critérios mínimos de qualidade para cada tipo de estágio, limitando a sua utilização a montante. Esses critérios devem proporcionar salvaguardas mínimas e colocar uma forte ênfase na componente de formação, bem como estabelecer compromissos para combater todos os casos de utilização abusiva através de medidas adequadas, nomeadamente reforçando o sistema de inspeções.

Além disso, a fim de tornar a experiência de estágio acessível a todos – embora não se possa falar genericamente de salários, uma vez que, na maioria dos casos, os estagiários não são considerados trabalhadores e o estágio é, por norma, considerado como estando fora do âmbito das relações de trabalho –, seria importante pôr termo aos estágios não remunerados através de um subsídio obrigatório calculado em função das tarefas e responsabilidades que o estágio implica, mas também tendo em conta os eventuais custos incorridos pelos estagiários para ter acesso a essa experiência.

Por último, deve conceder-se mais atenção ao papel que os parceiros sociais podem desempenhar na aplicação da regulamentação a nível nacional, bem como no acompanhamento e no controlo da utilização deste instrumento.

NEW PUBLICATIONS



[CESE publica brochura sobre as suas atividades durante a Presidência húngara do Conselho da UE](#)

Em 1 de julho, a Hungria assumiu a Presidência do Conselho da UE e terá um papel fundamental a desempenhar na liderança da Europa.

No contexto de renovação política determinado pelas eleições europeias, o CESE pretende ser um parceiro responsável da Presidência húngara e desempenhar um papel-chave na definição de algumas das prioridades políticas do próximo ciclo legislativo.

A pedido da Presidência húngara, o Comité elaborará dez pareceres exploratórios. Consulte a [nova brochura](#) para obter mais informações e para saber quem são os membros húngaros do CESE e as organizações que representam. (cw)

NOTÍCIAS DO CESE



[Foco da UE na juventude: iniciativa pioneira do CESE ganha ímpeto](#)

O CESE salientou a importância de integrar as perspetivas da juventude nas políticas da UE, instando as organizações de juventude a participarem na avaliação da perspetiva dos jovens, uma iniciativa do CESE para dar mais voz aos jovens na

elaboração de políticas.

No seu recente convite à apresentação de candidaturas, o CESE convidou as organizações de juventude a apresentarem, até 30 de junho de 2024, a sua candidatura para participarem na avaliação da perspetiva dos jovens. As organizações selecionadas identificarão os pareceres do CESE que desejam influenciar,

participarão em reuniões e audições e apresentarão contributos escritos. As organizações elegíveis devem ser constituídas democraticamente, respeitar os princípios da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e ter atividades ou órgãos de decisão liderados por jovens.

No ano passado, o CESE testou esta iniciativa, dando aos representantes da juventude de toda a Europa a oportunidade de contribuírem para debates sobre questões importantes, como a democracia, a política agrícola comum e a participação dos jovens no âmbito das relações entre a UE e o Reino Unido. Por ter sido um êxito, o CESE decidiu tornar a iniciativa um instrumento permanente e apela às outras instituições da UE para que adotem medidas semelhantes.

Num recente debate em reunião plenária, os representantes da juventude mostraram-se satisfeitos com o facto de a iniciativa assegurar a sua participação noutros temas que não apenas os tradicionalmente centrados nos jovens, como a crise climática.

O presidente do CESE, **Oliver Röpke**, frisou que a iniciativa é um compromisso político fundamental, tendo sublinhado a necessidade de os jovens participarem continuamente no processo de decisão da UE. Observou que as eleições não devem ser a única ocasião em que os jovens fazem ouvir a sua voz, acrescentando que a avaliação da perspetiva dos jovens lhes assegura a possibilidade de contribuírem regularmente para as políticas da UE.

Katrina Leitāne, presidente do Grupo Eventual para a Participação dos Jovens do CESE, referiu-se aos progressos realizados na integração da voz dos jovens no processo de decisão da UE, observando que a avaliação da perspetiva dos jovens é um processo dinâmico que evoluirá com a experiência. **Elias Dray**, vice-presidente do Fórum Europeu da Juventude, elogiou o CESE pela sua liderança e incentivou as organizações de juventude a aderirem à iniciativa, asseverando que as suas perspetivas moldarão os futuros pareceres do CESE.

Bora Muzhaqi, ministra da Juventude e da Infância da Albânia, também participou na reunião plenária do CESE. O seu país ambiciona ser um exemplo no que toca à política da juventude, demonstrando o valor de ter pessoas a exercer funções dedicadas exclusivamente às questões da juventude. «Acredito verdadeiramente que, através do nosso trabalho atual com os jovens e para os jovens, estamos a prepará-los para o futuro, a capacitá-los para serem os líderes do presente, para que herdem um planeta sustentável e ecologicamente diversificado», afirmou.

O CESE tem uma excelente relação de trabalho com a Albânia, o que ilustra o papel fundamental da parceria transnacional para promover a participação dos jovens em todos os níveis de governação.

O CESE está empenhado nesta iniciativa desde setembro de 2022, quando adotou um parecer sobre a avaliação da perspetiva dos jovens pela UE. Os esforços envidados pelo CESE, incluindo o evento anual «A tua Europa, a tua voz», são sinal de que está empenhado em reforçar a participação dos jovens no processo decisório da UE.

As recomendações da edição deste ano do evento, que teve lugar em março de 2024, destinam-se aos próximos dirigentes da UE e estão disponíveis [em linha](#). (ks)



Unidos contra o ódio: europeus prontificam-se a combater o ódio que se propaga na Europa

Perante o aumento a um ritmo assustador do discurso de ódio e dos crimes de ódio, a sociedade civil, os cidadãos e as instituições estão a unir esforços e a intensificar a ação contra todas as formas de ódio, a fim de enviar a mensagem de que o ódio não tem lugar na UE.

O CESE está a unir esforços a nível europeu para travar o ódio na UE, que aumentou de forma alarmante, visando cada vez mais grupos e indivíduos em razão da sua religião, origem racial ou étnica, género, orientação sexual ou convicção política.

O CESE, juntamente com os cidadãos e as instituições, está empenhado em empreender mais esforços para combater o ódio, tanto em linha como fora de linha. Foi esta a mensagem do Comité durante um debate de alto nível na reunião plenária de maio, em que adotou o Parecer – [Não ao ódio: uma Europa unida contra o ódio](#), que denuncia todas as formas de ódio e acolhe favoravelmente a [comunicação da Comissão Europeia](#) sobre o tema.

«Todos temos a responsabilidade de combater o ódio», afirmou o presidente do CESE, **Oliver Röpke**, ao encetar o debate na reunião plenária do CESE. «Para resolver este problema eficazmente, todos nós temos de trabalhar em conjunto: responsáveis políticos, sociedade civil e cidadãos. Só unidos no diálogo é que poderemos vencer e combater a hostilidade crescente na nossa sociedade, que constitui uma verdadeira ameaça à nossa democracia.»

O debate reuniu altos funcionários da Comissão Europeia e do Governo belga e representantes dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, incluindo a ILGA-Europe e a Rede Europeia contra o Racismo (ENAR), que chamaram a atenção para o aumento do ódio e da violência.

Ataques perpetrados recentemente contra figuras políticas puseram a descoberto divisões profundas na sociedade europeia. Os dados demonstram que as mensagens de teor antimuçulmano e antisemita duplicaram em 2023. Os alvos comuns são as comunidades LGBTQIA+, as pessoas de ascendência africana e os migrantes. A misoginia é um elemento que também se destaca. Uma análise recente das mensagens em linha na UE revelou um aumento de 30% da toxicidade do ódio desde o início de 2023.

A [Comunicação da Comissão – Não ao ódio: uma Europa unida contra o ódio](#) constitui um apelo à ação contra o ódio e em defesa da tolerância e do respeito.

«Os valores estabelecidos no Tratado da UE proíbem claramente os crimes de ódio e o discurso de ódio. Infelizmente, assistimos a um aumento dos dois fenómenos nos últimos tempos», afirmou **Dubravka Šuica**, vice-presidente da Comissão Europeia responsável pela Democracia e Demografia.

No seu parecer, o CESE instou a UE a adotar uma abordagem abrangente de luta contra atos de ódio que visam características humanas protegidas e a aplicar a mesma abordagem para «combater todos os tipos de ódio». (II)



História de sucesso de 2004 abre caminho a futuro alargamento da UE

Na reunião plenária de maio, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) debateu o alargamento da UE de 2004 e os seus ensinamentos. Nas atuais circunstâncias geopolíticas e de segurança, o alargamento afigura-se ainda mais urgente para a

Europa.

No seu debate em plenária, dedicado ao grande alargamento de 2004, o CESE acolheu oradores que desempenharam um papel importante no processo de negociação, como **Jarosław Pietras**, antigo secretário de Estado da Polónia responsável pela adesão à UE, **László Andor**, da Hungria, secretário-geral da Fundação dos Estudos Progressivos Europeus, e **Štefan Füle**, da República Checa, antigo comissário responsável pelo Alargamento.

Os participantes no debate salientaram que a UE – que só recentemente retomou o seu interesse num novo alargamento – necessita de apresentar um roteiro claro de adesão para os países candidatos. Se os deixar demasiado tempo na expectativa, o processo de alargamento poderá perder a sua credibilidade.

Oliver Röpke, presidente do CESE, afirmou: «O vigésimo aniversário assinala não só um marco importante, mas também o êxito do processo de alargamento da UE, tendo em conta que outros países ambicionam aderir».

Jarosław Pietras declarou: «O alargamento é um processo de transformação bidirecional, que traz benefícios aos países candidatos, mas também aos Estados-Membros da UE».

Štefan Füle, que preside atualmente ao Grupo de Trabalho sobre o Alargamento da UE, do Centro de Política Europeia, sublinhou que «tanto os países candidatos como os Estados-Membros da UE têm de estar preparados para a nova vaga do alargamento».

Referindo-se à força motriz do alargamento de 2004, **Tinatin Akhvlediani**, bolsista investigadora na Unidade de Política Externa da UE do Centro de Estudos de Política Europeia, destacou os aspetos económicos do alargamento, já que os países candidatos à adesão nessa altura se encontravam numa situação financeira precária. No entanto, a principal motivação do futuro alargamento agora é a segurança.

Segundo **László Andor**, a questão do Estado de direito constituiu uma das deficiências do alargamento de 2004, não tendo a UE criado os instrumentos adequados para a resolver. Por esse motivo, foi criado recentemente o mecanismo de condicionalidade do Estado de direito.

Em setembro, o CESE realizará uma Cimeira da Sociedade Civil sobre o Alargamento e convidará todos os membros por um país candidato à adesão a participarem pela primeira vez na sua reunião plenária.



Uma política de coesão forte e inclusiva é crucial para o êxito do alargamento da UE

Na reunião plenária de maio, o CESE adotou dois pareceres que realçam o papel crucial da política de coesão (principal instrumento da UE de financiamento do desenvolvimento regional) para os futuros alargamentos. O CESE defende, nomeadamente, a inclusão de instrumentos de conformidade nos tratados de adesão para fazer face a eventuais desafios pós-adesão, como a emigração e as preocupações no que toca ao Estado de direito.

Nas suas novas recomendações, o CESE realça a importância de integrar e capacitar as organizações da sociedade civil para uma utilização eficaz dos fundos no âmbito da política de coesão. O êxito desta política mede-se pelos resultados obtidos a nível social e territorial, e não apenas pelos investimentos económicos. É fundamental reforçar as capacidades da administração pública para se alcançar a coesão.

No debate em plenária, a comissária da Coesão e Reformas, **Elisa Ferreira**, e o presidente do Comité das Regiões Europeu, **Vasco Alves Cordeiro**, frisaram a importância das ajudas de pré-adesão e da capacitação das organizações da sociedade civil.

Oliver Röpke, presidente do CESE, e outros intervenientes salientaram a necessidade de uma política de coesão sólida para fazer face aos desafios do alargamento da UE e evitar a sua fragmentação. É essencial adaptar a ajuda às regiões candidatas para assegurar a paz e a prosperidade, e algumas das recomendações principais destacam o reforço da educação, a participação das organizações da sociedade civil e a utilização de mecanismos especiais para países como a Ucrânia.

O CESE assinalou igualmente os impactos mais vastos do alargamento nos atuais Estados-Membros, salientando a necessidade de fundos adicionais para as regiões afetadas. O nono relatório sobre a coesão apela para a adaptação aos novos desafios através do investimento nas PME, do reforço das administrações locais e do apoio ao acesso equitativo ao emprego. É crucial dispor de uma política de coesão dinâmica para libertar o potencial económico da UE e assegurar uma integração eficaz dos novos Estados-Membros. (tk)



Medicina nuclear é uma prioridade absoluta na luta contra o cancro

A medicina nuclear e o aprovisionamento de radioisótopos devem ser uma prioridade absoluta da União Europeia se quisermos garantir a igualdade de acesso aos tratamentos oncológicos para todos os doentes na Europa.

A UE e os Estados-Membros devem assegurar a disponibilidade de financiamento para as tecnologias radiológicas e nucleares aplicadas à medicina. Ao mesmo tempo, devem também intensificar a sua

cooperação para eliminar os obstáculos regulamentares ao aprovisionamento de radioisótopos e reduzir a sua dependência de países terceiros no que diz respeito às matérias-primas.

Com este objetivo em mente, o Parecer do CESE – [Plano Europeu de Luta contra o Cancro: assegurar um aprovisionamento seguro de radioisótopos médicos](#), adotado na reunião plenária de maio, destaca a necessidade de não poupar esforços na luta contra o cancro.

Os relatores **Alena Mastantuono** e **Philippe Charry** estão convictos de que a única forma de garantir um melhor aprovisionamento de radioisótopos na Europa e de satisfazer a procura crescente por parte dos doentes é «tomando decisões políticas audaciosas e dispondo de uma regulamentação sólida neste domínio».

Todos os anos, até 10 milhões de doentes europeus beneficiam da imagiologia médica nuclear para o diagnóstico de várias doenças, como cancros ou patologias cardíacas. As tecnologias radiológicas e nucleares que utilizam radioisótopos são essenciais na luta contra o cancro em todas as fases dos cuidados prestados: a deteção precoce, o diagnóstico, o tratamento e os cuidados paliativos. (mp)



Derrotar o cancro com vacinas

Com o aumento alarmante do número de cancros e de mortes por doença oncológica em toda a UE, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) defende a adoção de medidas de prevenção do cancro, extremamente necessárias já que cerca de 40% dos casos de cancro são considerados evitáveis.

Na reunião plenária de maio, o CESE adotou um parecer em que se congratula com a proposta de recomendação do Conselho sobre os cancros preveníveis por vacinação, apresentada pela Comissão Europeia no seguimento do Plano Europeu de Luta contra o Cancro («Plano de Luta contra o Cancro»).

O parecer incide na vacinação contra o vírus do papiloma humano (VPH) e o vírus da hepatite B (VHB), pois as vacinas podem prevenir vários tipos de cancro causados por estes vírus.

O CESE destaca a necessidade de uma informação, educação e comunicação adequadas para incentivar os grupos-alvo a vacinarem-se. Realça igualmente o papel importante que os médicos de clínica geral, os médicos de família e os médicos escolares, bem como as organizações da sociedade civil, desempenham neste domínio.

Milena Angelova, relatora do Parecer – [Cancros preveníveis por vacinação](#), afirmou: «Temos de combater o estigma e as falsas convicções em torno das vacinas. Por exemplo, existe a crença errada de que a vacinação se destina apenas às raparigas. Não é esse o caso, porém. A fim de erradicar estes vírus (VPH e VHB), temos também de associar os rapazes e os seus pais.» As vacinas devem ser acessíveis a todos.

É extremamente importante «inverter a tendência para o ceticismo», aduziu a correlatora **Sára Felszeghi**. A luta contra a informação incorreta e a desinformação é um elemento essencial para incentivar as pessoas

a serem vacinadas.

O CESE apela para uma abordagem global da luta contra o cancro, através de um sistema eficaz e integrado para todas as formas de prevenção, incluindo a prevenção primária (vacinação e estilo de vida saudável), a prevenção secundária (rastreamento) e a prevenção terciária (cuidados e reabilitação).

Milena Angelova reafirmou «a necessidade de os Estados-Membros coordenarem mais as suas ações e de partilharem boas práticas», a fim de reforçar a eficácia da luta contra o cancro e aumentar a cobertura vacinal em toda a UE. É da maior importância que a prevenção do cancro seja considerada uma prioridade política. (sg)



Meta climática da UE para 2040 define rumo para emissões líquidas nulas até 2050

A Comissão Europeia propôs uma meta de redução de 90% das emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2040, tendo em vista a neutralidade climática até 2050. O Comité Económico e Social Europeu (CESE) apoiou este objetivo na reunião plenária de maio, salientando que está em consonância com as recomendações científicas para limitar o aquecimento global a 1,5 °C.

O CESE apoiou a proposta, salientando a importância de dar um contributo justo para os esforços mundiais em matéria de clima e de assegurar simultaneamente a competitividade das indústrias europeias durante a transição para uma economia hipocarbónica. **Teppo Säkkinen**, relator do Parecer – Meta climática da UE para 2040, sublinhou a necessidade de um sistema elétrico sem carbono até 2040 para impulsionar a descarbonização da indústria, dos transportes e dos edifícios, defendendo a redução efetiva das emissões através da eliminação progressiva dos combustíveis fósseis.

O CESE advertiu contra a dependência excessiva da remoção de carbono, devido a riscos como os incêndios florestais e as pragas, apelando para uma abordagem que assegure o equilíbrio entre a redução das emissões e a remoção de carbono. A próxima fase da política climática da UE deve centrar-se no investimento, na construção de uma economia sólida, no reforço da segurança energética e na criação de empregos de alta qualidade. Para tal, é fundamental alcançar o objetivo de redução de 55% das emissões até 2030 e aplicar a legislação do pacote Objetivo 55.

O CESE considera que se deve descarbonizar o setor da produção de eletricidade até 2040 e, pouco depois, os setores do aquecimento e arrefecimento. A disponibilidade de energia limpa e a preços acessíveis é essencial para descarbonizar a indústria, os edifícios e os transportes.

O CESE propôs igualmente o estabelecimento de uma meta de redução das emissões para o setor agroalimentar, através de um diálogo com os agricultores e as partes interessadas, a fim de garantir a segurança alimentar e tendo em conta as diversas condições naturais na UE.

O apoio público e a participação das partes interessadas são cruciais para alcançar a meta para 2040. Por conseguinte, o CESE apela para um amplo diálogo, nomeadamente com os parceiros sociais, a sociedade

civil e os cidadãos, quando da definição das metas e da elaboração das políticas.

No âmbito da elaboração da proposta legislativa da UE relativa à meta para 2040, o CESE frisa a necessidade de alargar o controlo da competitividade a outras grandes economias, a fim de manter a competitividade global e a base industrial da Europa, assegurando simultaneamente elevados padrões ambientais e sociais. (ks)



Avançar na via do alargamento da UE: sociedade civil defende que Balcãs Ocidentais devem começar a colher benefícios através de uma integração gradual

Decorridos 20 anos sobre a adesão da Eslovénia à UE, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) reuniu líderes políticos e representantes da sociedade civil em Liubliana para assinalar este aniversário simbólico, sublinhando os benefícios fundamentais da adesão à UE e reafirmando que o futuro da região dos Balcãs Ocidentais está na União Europeia.

A conferência dedicada ao tema [«Continuar a história de sucesso do alargamento da UE – Proporcionar benefícios aos Balcãs Ocidentais antes da sua adesão»](#), organizada pelo CESE em estreita cooperação com a Comissão Europeia e a Fundação Sociedade Aberta-Balcãs Ocidentais, pôs a tónica nas reformas necessárias para avançar na via da adesão, nomeadamente a importância de defender os valores fundamentais da UE.

Entre os oradores na conferência estiveram o presidente do CESE, **Oliver Röpkke**, a ministra dos Negócios Estrangeiros da Eslovénia, **Tanja Fajon**, o ministro do Trabalho da Eslovénia, **Luka Mesec**, e a secretária-geral do Conselho de Cooperação Regional, **Majlinda Bregu**.

Como salientou o presidente do CESE, **Oliver Röpkke**, «o lugar dos Balcãs Ocidentais é na UE e enquanto isso não acontecer a nossa família está incompleta. Posso assegurar-vos que o CESE fará a sua parte, organizando uma cimeira da sociedade civil sobre o alargamento, que terá lugar em setembro».

Tanja Fajon, ministra dos Negócios Estrangeiros da Eslovénia, declarou: «Estou convicta de que, hoje, dada a atual situação geopolítica, precisamos uns dos outros mais do que nunca. Para este processo, é necessário que a sociedade civil exerça pressão sobre os políticos e o governo para avançarem no sentido de se aproximarem da UE».

Luka Mesec, ministro do Trabalho, da Família, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades da Eslovénia, afirmou: «A Eslovénia e os países dos Balcãs Ocidentais têm uma longa história comum. A nossa casa comum é a União Europeia e, como tal, trabalharei em conjunto com o Governo esloveno para facilitar a adesão dos países dos Balcãs Ocidentais à União Europeia». (mt)



[CESE lança programa de intercâmbio com os conselhos económicos e sociais nacionais de toda a UE](#)

O CESE lançou um novo programa para aprofundar as suas relações com a comunidade dos conselhos económicos e sociais nacionais. Esta iniciativa visa a realização de intercâmbios mais regulares sobre temas prioritários, pareceres e relatórios previstos, bem como sobre boas práticas.

O primeiro destes intercâmbios teve lugar em França, em março passado, quando a **presidente do Grupo do CESE para a Juventude, Katrīna Leitāne**, realizou uma visita de dois dias ao Conselho Económico, Social e Ambiental de França para trocar pontos de vista sobre as políticas de juventude. Qual foi o resultado? Novas ideias para promover a agenda para a juventude a nível nacional e da UE, integrar as expectativas dos jovens em todas as atividades do CESE e conhecer novos colegas que trabalham sobre o mesmo assunto noutros Estados-Membros.

Neste [vídeo](#), Katrīna Leitāne partilha a sua experiência sobre a sua visita de trabalho e os intercâmbios profícuos que teve com o Conselho Económico, Social e Ambiental de França.

Para mais informações sobre o programa de intercâmbio, consulte a nossa página Web [aqui](#).

Para mais informações, queira contactar o secretariado da Unidade das Relações com os Conselhos Económicos e Sociais Nacionais e a Sociedade Civil (EESC-ESCS-relations@eesc.europa.eu).

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



[Resultados das eleições europeias de 2024 já são conhecidos – É o momento de lançar uma agenda estratégica preparada para o futuro](#)

Por Stefano Mallia, presidente do Grupo dos Empregadores do Comité Económico e Social Europeu

Com as eleições europeias terminadas, é patente que vivemos tempos muito turbulentos. O número de assentos obtidos pelos conservadores impediu uma vitória esmagadora da extrema-direita. Não obstante os partidos de centro-direita terem conseguido manter a sua posição, não podemos ignorar o facto de a extrema-direita passar a ter mais força no novo Parlamento Europeu, tornando a votação sobre questões

fundamentais mais complicada. No ano passado, tivemos uma antevisão disso mesmo quando o PPE por pouco não conseguiu reunir uma maioria de bloqueio de direita para rejeitar um ato legislativo relativo à restauração da natureza.

Entre as preocupações principais das empresas encontram-se a garantia de progressos na política industrial e a segurança económica, em especial no tocante à tecnologia, matérias-primas críticas, semicondutores, veículos elétricos, resiliência económica e competitividade global. É essencial reforçar o mercado único e estimular o investimento privado através de uma verdadeira União dos Mercados de Capitais. Este novo Parlamento corresponderá à expectativas?

Não temos outra alternativa senão competir com potências mundiais como a China e os Estados Unidos.

Em 2008, a área do euro e os EUA tinham produtos internos brutos (PIB) equivalentes, a preços correntes, de 14,2 biliões de dólares e 14,8 biliões de dólares, respetivamente (13,1 biliões de euros e 13,6 biliões de euros). Quinze anos depois, o PIB da área do euro é ligeiramente superior a 15 biliões de dólares, enquanto o dos EUA disparou para 26,9 biliões de dólares. Se as cinco maiores economias europeias – Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Espanha – tivessem acompanhado a taxa de crescimento da produtividade dos EUA entre 1997 e 2022, o seu PIB *per capita* seria, em média, cerca de 13 000 dólares (12 000 euros) superior em termos de paridade do poder de compra. Estes valores têm a sua razão de ser.

Durante vários anos, com a UE a apresentar uma balança comercial positiva, muitos não consideraram que a nossa competitividade estivesse em risco. Confiámos nas condições de concorrência equitativas a nível mundial e na ordem internacional assente em regras, esperando que outros também o fizessem. Mas o mundo está a mudar rapidamente, e a UE tem de agir e reagir quanto antes a todos os apelos que até agora ignorou. Esperamos que este Parlamento corresponda às expectativas e não se limite à política partidária.



[Preparar os conselhos de empresa europeus para o futuro implica rever diretiva](#)

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

Existem atualmente mais de 1 200 conselhos de empresa europeus (CEE) nas grandes empresas multinacionais. Estes organismos são importantes para garantir a democracia no local de trabalho, uma vez que têm o direito ser informados, pela administração central da empresa, sobre questões transnacionais e de expressar a sua opinião. Entre essas questões incluem-se a atual situação económica e financeira e a evolução provável em matéria de emprego, investimentos ou novos métodos de trabalho. Os CEE não têm o direito de negociar acordos.

Uma vez que as decisões das empresas são predominantemente tomadas na sede, mas executadas em todas as suas filiais, estes organismos adquirem cada vez mais importância. Os CEE facilitam aos representantes dos trabalhadores a compreensão das decisões da empresa. Ao mesmo tempo, procedimentos de informação e consulta adequados podem ajudar a administração central do grupo de empresas a moldar as suas decisões de modo a poderem ser aplicadas de forma harmoniosa em todos os

países.

No entanto, os dados demonstram que existem deficiências graves na atual diretiva relativa aos conselhos de empresa europeus (que remonta a 2009) e na sua aplicação. Fundamentalmente, muitos CEE não têm a possibilidade de recorrer aos tribunais em caso de violação dos seus direitos. Uma análise dos processos e decisões judiciais anteriores revela a existência de incertezas jurídicas, especialmente no que diz respeito às definições de «informação», «consulta», «transnacional» e «confidencialidade», bem como ao direito de um CEE recorrer a peritos (por exemplo, assistência jurídica ou representantes sindicais). Além disso, há diversa regulamentação desatualizada, que deve ser adaptada à situação atual a nível mundial.

As empresas e os seus trabalhadores enfrentam desafios multifacetados: digitalização, medidas de combate às alterações climáticas, demografia e competências. Estas mudanças podem ser fraturantes e afetar a competitividade de uma empresa, bem como a segurança social e a produtividade dos trabalhadores. Estudos científicos demonstram que a eficácia dos direitos de informação, consulta e/ou participação dos trabalhadores reforça a sustentabilidade das decisões das empresas e a sua competitividade, o que, por sua vez, leva a crer que os CEE podem ter um papel crucial na implementação de uma transição justa.

Por conseguinte, é necessário rever a diretiva no sentido de garantir a segurança jurídica e o bom funcionamento dos CEE. Uma revisão rápida e sem problemas da diretiva deverá colmatar as lacunas existentes e preparar os CEE para o futuro. O [parecer do CESE](#) sobre o tema avalia a proposta da Comissão e apresenta aos legisladores uma série de propostas concretas sobre a forma de melhorar a diretiva.



Saúde deve continuar a ser uma prioridade fundamental na nova legislatura

Pelo Grupo das Organizações da Sociedade Civil

Os profissionais de saúde e os representantes da sociedade civil convidam os decisores políticos a introduzir uma «avaliação do impacto na saúde» em todas as políticas futuras. Apela-se para que o «direito à saúde» permaneça no topo das agendas nacionais e da UE na nova legislatura, como solicitado pelos europeus na Conferência sobre o Futuro da Europa.

As medidas sanitárias nacionais e europeias devem ser mais bem coordenadas e alinhadas, a fim de criar um setor da saúde mais sustentável que seja resiliente a choques futuros e assegure a igualdade de acesso a cuidados de saúde de qualidade para todos.

O investimento, a prevenção, as inovações tecnológicas e a educação precoce em matéria de saúde deverão desempenhar um papel fundamental para o efeito, de acordo com a conferência sobre «[O estado da saúde na UE](#)», realizada em 4 de junho em Liège. O evento foi organizado pelo [Grupo das Organizações da Sociedade Civil do CESE](#), juntamente com o Hospital Universitário de Liège e o Hôpital de la Citadelle, no âmbito da Presidência belga do Conselho da UE.

«Na próxima legislatura (2024-2029), a saúde deve continuar a ser uma prioridade estratégica fundamental para a nova Comissão Europeia, o novo Parlamento Europeu e o Conselho», declarou **Séamus Boland**, presidente do Grupo das Organizações da Sociedade Civil. As instituições europeias devem adotar uma abordagem «Uma Só Saúde» que promova as interligações entre a política de saúde e as alterações

demográficas, as transições digital e ambiental, a segurança económica e a política industrial.

Séamus Boland salientou que a política de saúde, para ser eficaz, tem de ser acompanhada de serviços sociais acessíveis, adequados e de alta qualidade e de políticas sociais públicas, e dispor de um número suficiente de profissionais de saúde com formação adequada. Reiterando a necessidade de as organizações da sociedade civil, como as associações de doentes, participarem diretamente e assumirem responsabilidade no setor dos cuidados de saúde, afirmou: «A aceitação e o êxito dos programas e iniciativas europeus no domínio da saúde dependem de um diálogo transparente, regular e estruturado com as organizações da sociedade civil. Por sua vez, a capacidade destas organizações para levar a cabo este trabalho depende da obtenção de financiamento sustentável e previsível.»

A conferência abordou vários aspetos fundamentais para uma União Europeia da Saúde reforçada:

- O compromisso com a abordagem «Uma Só Saúde»;
- As inovações digitais e o seu impacto na saúde;
- O papel do investimento social na sustentabilidade e na preparação dos sistemas de saúde para o futuro; e
- A luta mundial contra as desigualdades no domínio da saúde sob o prisma da solidariedade europeia: o caso das doenças raras.

As conclusões e recomendações da conferência serão publicadas na [página Web do evento](#).

Para mais informações sobre a conferência consulte o nosso [comunicado de imprensa](#).

JUVENTUDE EM DESTAQUE



Rassemblement National beneficia dos votos dos jovens em França

Por Christophe Prévault, diretor do sítio Web «Touteurope»

Nas eleições europeias de 2024, o partido francês de extrema-direita Rassemblement National dominou as sondagens, obtendo o melhor resultado da sua história. Além disso, obteve mais de um terço dos votos dos eleitores com menos de 35 anos. O nosso convidado especial, Christophe Prévault, diretor do sítio Web «Touteurope», analisa o êxito do Rassemblement National e do seu líder, Jordan Bardella, originário dos subúrbios de Paris, com apenas 28 anos e omnipresente no TikTok.

Por Christophe Prévault, diretor do sítio Web «Touteurope»

Nas eleições europeias de 2024, o partido francês de extrema-direita Rassemblement National dominou as sondagens, obtendo o melhor resultado da sua história. Além disso, obteve mais de um terço dos votos dos eleitores com menos de 35 anos. O nosso convidado especial, Christophe Préault, diretor do sítio Web «ToutelEurope», analisa o êxito do Rassemblement National e do seu líder, Jordan Bardella, originário dos subúrbios de Paris, com apenas 28 anos e onnipresente no TikTok.

Nas eleições europeias de junho de 2024, o Rassemblement National (RN) obteve um resultado sem precedentes na sua história, com quase um terço dos votos (31,4%). O partido de extrema-direita é o favorito em quase todos os segmentos etários e socioprofissionais, redistribuindo o baralho das cartas eleitorais. É particularmente popular junto dos jovens: a lista de Jordan Bardella arrecadou 32% dos votos dos eleitores entre 25 e 34 anos e ganhou mais de 10 pontos percentuais (26%) na faixa etária dos 18 aos 24 anos em comparação com as eleições europeias de 2019.

Vários fatores explicam a atração dos jovens pelo RN. Em primeiro lugar, pode evocar-se a personalidade de Jordan Bardella, cabeça de lista nas eleições europeias e presidente do partido, que contrasta com a política tradicional. Para os jovens, é um político que diz a verdade, é direto e parece sincero, num contexto em que predomina a desconfiança do mundo político. A sua trajetória pessoal também é algo com que se identificam: vem da classe média, cresceu nos subúrbios de Paris (Seine-Saint-Denis), não frequentou uma escola de renome nem tirou um curso universitário, tendo obtido apenas o seu diploma de estudos secundários. Foi assim que atraiu a juventude mais popular, que se questiona sobre o seu futuro e se sente negligenciada ou mesmo esquecida.

Se Jordan Bardella atrai tantas pessoas entre os 18 e os 34 anos é porque também ele é jovem. Aos 28 anos, conhece perfeitamente os códigos desta geração e sabe como decifrá-los. Além disso, é interessante notar que, em 2017, era Emmanuel Macron que personificava esta juventude triunfante, mas numa outra camada da sociedade.

O RN aproveita assim a personalidade do seu líder e uma imagem cultivada amplamente através das redes sociais. Jordan Bardella é onnipresente no TikTok, que tem um papel importante na sua estratégia eleitoral, numa época em que os jovens já não procuram a informação nos meios de comunicação social tradicionais. A sua popularidade está a aumentar e já tem 1,6 milhões de seguidores. Não fala da reforma dos Tratados europeus nem da Ucrânia ou do Pacto Ecológico. Em vez disso, mostra a sua vida quotidiana, envia felicitações no Dia da Mãe, filma-se no seu gabinete e nas suas diversas deslocações. Segue as tendências e aborda temas do momento. Chega mesmo a lançar desafios aos *gamers*, os jovens (e os menos jovens) entusiastas dos videojogos.

A distância cada vez maior entre as novas gerações e o mundo político tradicional vem reforçar a sua imagem, o seu posicionamento e o discurso populista, ao passo que as preocupações dos eleitores têm vindo a mudar de rumo desde as eleições europeias de 2019. A luta dos jovens pelas questões ambientais em 2019 desviou-se para outros temas que também preocupam, mas que estão enraizados na vida quotidiana. Hoje em dia, as inquietações estão relacionadas com a insegurança (associada à imigração) e com o poder de compra. O partido de extrema-direita ganha terreno ao alimentar esta revolta, tirando partido do sentimento de uma geração que se sente lesada. A classe política no seu conjunto não teve suficientemente em conta as consequências da crise da COVID-19 em 2020. A pandemia de COVID-19 pôs a nu e agravou as desigualdades que já existiam para os jovens franceses e europeus no mercado de trabalho, mas também no acesso à educação, sendo mais difícil prosseguir os estudos ou simplesmente

seguir uma formação numa altura em que tudo o que é digital se impôs como a solução.

Assim, em vez de centrarmos a atenção no RN, a tónica deve ser colocada, em primeiro lugar, nos eleitores deste partido e, em especial, nos jovens das classes médias. É necessário dar-lhes respostas claras e concretas, alinhadas com as suas preocupações: a violência crescente na sociedade, a supressão dos serviços públicos nas zonas rurais, as dificuldades em encontrar emprego ou seguir uma formação adequada e o sentimento de uma imigração descontrolada. Para os partidos políticos tradicionais, tal significa descer do pedestal e olhar por quem não costuma ser captado no radar, ou seja, as pessoas que geralmente não interessam por serem pouco politizadas ou pouco empenhadas nas questões sociais. Nesta luta, há que admitir que a União Europeia é pouco visível, apesar dos numerosos programas dedicados à juventude, à educação, ao apoio ao emprego e à luta contra a precariedade. Sem dúvida, o programa Erasmus, ao facilitar a mobilidade e as experiências para uma população mais diversificada (aprendizes, desempregados, etc.), é um ponto de partida, mas claramente não é suficiente nos dias de hoje. Encontrar uma solução implica também colocar **a questão certa** sobre a gestão das migrações, um tema central e controverso das nossas sociedades europeias. Este assunto ainda está em debate, pese embora a recente adoção do Pacto Europeu em matéria de Migração e Asilo.

Christophe Préault é jornalista, diretor do *Touteurope.eu*, um sítio Web de informação educativa sobre o funcionamento e as políticas da União Europeia. Possui vasta experiência no tratamento de temas da atualidade, em especial assuntos europeus e económicos. Licenciado pelo Instituto de Estudos Políticos de Bordéus e detentor do diploma do ciclo de estudos europeus de alto nível, da ENA (*École Nationale d'Administration*), é atualmente responsável pela redação do *Touteurope.eu* e modera regularmente debates e conferências sobre assuntos europeus.



Como manter o contacto com a Geração TikTok?

por Rieke Smit, editora do Social News Daily/# UseTheNews

A nossa convidada especial é uma jovem jornalista, Rieke Smit, do #UseTheNews, uma iniciativa da agência noticiosa alemã DPA que se centra no consumo de notícias pela Geração Z e procura melhorar a sua literacia mediática. As estatísticas mostram que

menos de um terço dos jovens entre os 18 e os 24 anos estão interessados em notícias e que 23% obtêm as suas notícias exclusivamente pelo TikTok. Rieke Smit escreve sobre a forma de chegar à Geração Z não só no TikTok, mas também noutras plataformas de redes sociais, e de os interessar em notícias importantes que afetam diretamente as suas vidas.

Estamos a perder uma geração – pelo menos é o que parece. As nossas notícias já não estão a chegar à Geração Z. Menos de um terço dos jovens entre os 18 e os 24 anos está interessado em notícias. Os jovens com menos de 18 anos ainda mostram menos interesse.

De um modo geral, este fenómeno não é novo. Neste momento, já todos ouviram falar da fadiga informativa e do evitamento de notícias. A isto acresce a importância crescente dos influenciadores e das plataformas que oferecem vídeos curtos, especialmente entre os jovens, tal como confirmado pelo mais recente [relatório](#)

[sobre notícias digitais](#) do Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo.

Os jovens consomem cada vez menos notícias porque têm dificuldade em encontrar notícias fiáveis em plataformas como o TikTok, mas também porque não percebem a relação que as notícias têm com a sua vida. Uma rapariga de 16 anos mencionou este ponto num dos nossos estudos #UseTheNews, pondo em perspetiva esta tendência alarmante. A grande questão é saber como chegar à Geração TikTok.

Em primeiro lugar, seja como for, temos de estar presentes nas plataformas em que eles se encontram – com notícias, pontos de vista e informações contextuais. Em seguida, temos de mostrar aos jovens por que motivo estar informado é tão importante para as suas vidas. Assim, desta forma, como que por acaso, estamos a reforçar a sua literacia mediática.

É também esse o objetivo da iniciativa [#UseTheNews](#) e da equipa editorial do [Social News Daily](#), que designou 2024 «Ano das Notícias», com vista a reforçar a sociedade e a democracia mediante o fomento da literacia noticiosa, especialmente entre os adolescentes e os jovens adultos.

A estratégia do Social News Daily (SND) é difundir notícias no TikTok, no Instagram e no YouTube. Notícias nas redes sociais? Como funciona? Utilizando os métodos que os criadores de conteúdos compreenderam muito antes de nós: enquanto uma pessoa se maquilha, cozinha ou dá um passeio a pé também pode falar de temas sérios. É exatamente isso que fazemos no SND, mas com notícias.

Adaptarmo-nos aos hábitos de visualização dos consumidores – é isso que estamos a tentar fazer, por exemplo, dividindo temas complexos em vídeos de 40 segundos e explicando por que motivo esse tema é importante para uma pessoa de 16 anos nos dias de hoje.

Recorremos igualmente ao caça-cliques (*clickbait*) – mas tendo sempre presentes as normas jornalísticas. Porquê? Porque no TikTok tem apenas dois segundos para chamar a atenção de alguém. Se o seu vídeo não for suficientemente cativante nesses poucos segundos, ninguém o verá. Assim, começamos por uma pergunta provocatória ou um facto invulgar – captando a atenção dos telespetadores com o caça-cliques –, dando as respostas no final do vídeo. As pessoas continuam a ver e a consumir conteúdos jornalísticos, sem se darem conta. É assim tão simples?

Basta ser um meio de comunicação social nas redes sociais? A resposta sucinta é «não». Há que ter mais pontos de contacto entre os jovens e os jornalistas. Reforçar a confiança nos meios de comunicação social e tornar o jornalismo transparente. Por exemplo, incentivar os professores a promover as competências mediáticas na escola ou intensificar o contacto entre as salas de aula e os gabinetes editoriais, como fazemos nos nossos «projetos-modelo» e «campos de notícias» #UseTheNews.

Porque temos de estar onde os jovens estão, nas escolas, em festivais, nas redes sociais, e temos de conversar com eles sobre notícias falsas, meios de comunicação social e o seu significado. Desta forma, talvez as notícias voltem a chegar à Geração Z.

TikTok: <https://www.tiktok.com/@social.news.daily>

UsetheNews Kanal: <https://www.instagram.com/usethenews2024/?hl=de>

Enquanto editora, Rieke Smit acompanha o trabalho editorial quotidiano do Social News Daily (SND). Desde 2021 desempenhou várias funções no #UseTheNews e é, neste momento, responsável pelo planeamento, coordenação e aprovação dos contributos do SND. Depois de concluir os seus diplomas de licenciatura e

mestrado, centrados no jornalismo e na ajuda humanitária, fez um estágio na FUNKE Zentralredaktion.

UseTheNews (UTN), uma iniciativa da agência noticiosa alemã DPA, investiga em profundidade as competências mediáticas dos jovens. Em cooperação com o Instituto Leibniz para a investigação dos meios de comunicação social, desenvolve formatos noticiosos inovadores num laboratório de literacia noticiosa e no departamento de notícias para plataformas digitais. Paralelamente, o UTN disponibiliza seminários e materiais aos professores. O projeto é apoiado por muitos parceiros dos meios de comunicação social, do setor da educação e da investigação e a sua direção integra personalidades bem conhecidas dos meios de comunicação social e da política.



Pode permitir-se trabalhar gratuitamente?

Por Cláudia Pinto, Fórum Europeu da Juventude

O Fórum Europeu da Juventude (FEJ), a maior plataforma de organizações de juventude na Europa, que tem defendido estágios de qualidade nos últimos dez anos, juntou-se ao CESE no seu apelo contra estágios não remunerados. A nossa convidada especial, Cláudia Pinto, do FEJ, analisa a proposta mais recente da Comissão para melhorar a qualidade dos estágios na União Europeia (UE) e enumera todas as suas lacunas, não obstante considerá-la um importante passo em frente.

Hoje em dia, a procura de emprego para os jovens resume-se frequentemente a uma sucessão de estágios não remunerados. Que promessa lhes fazem? Que os estágios não remunerados são uma porta

de entrada no mercado de trabalho, proporcionando aos jovens acesso a contactos e a novas experiências de aprendizagem.

Claramente, o que um estágio não remunerado não proporciona é independência financeira. Como comprar alimentos, pagar a renda e todas as outras contas que se vão acumulando quando se trabalha gratuitamente?

Os estágios não remunerados são uma forma de exploração dos jovens no mercado de trabalho. Reforçam a exclusão social, uma vez que o trabalho gratuito só é possível para aqueles que têm meios financeiros, excluindo imediatamente os jovens oriundos de meios desfavorecidos. Ainda pior é o facto de estarem a substituir os empregos de início de carreira, contribuindo assim para um mercado de trabalho ainda mais precário.

O Fórum Europeu da Juventude tem defendido estágios de qualidade nos últimos dez anos. Ao longo dos últimos dois anos, temos divulgado ativamente a campanha «[Pode permitir-se trabalhar gratuitamente?](#)», que exige uma diretiva para proibir os estágios não remunerados no mercado de trabalho em todos os Estados-Membros da UE.

Em março deste ano, a Comissão Europeia publicou, finalmente, a sua [proposta para melhorar a qualidade dos estágios](#) na União Europeia, que prevê a adoção de uma diretiva. Trata-se de um passo importante na direção certa, que foi alcançado graças ao trabalho incansável de sensibilização levado a cabo pelos jovens em todo o continente. Infelizmente, apesar desse passo em frente, a diretiva não garante claramente

estágios remunerados no mercado de trabalho.

A preocupação principal do Fórum Europeu da Juventude relativamente ao texto proposto é o facto de abordar apenas uma parte do problema, designadamente os falsos estágios – empregos reais dissimulados como estágios com o objetivo de oferecer piores condições de trabalho, especialmente em termos de remuneração –, em vez de se concentrar em todos os estágios no mercado de trabalho. A Comissão Europeia propõe, na verdade, uma diretiva de execução, que coloca uma grande pressão sobre as inspeções do trabalho, já subfinanciadas e sobrecarregadas.

Por conseguinte, o Fórum Europeu da Juventude está muito preocupado com a aplicação concreta da diretiva e com a forma como os direitos dos jovens serão respeitados na prática. No essencial, a proposta não concede direitos aos estagiários, definindo apenas o que os estágios não devem ser. Inclui um princípio de não discriminação dos estagiários. Não obstante, o Fórum Europeu da Juventude está preocupado com a forma como os Estados-Membros transporão a diretiva para a legislação nacional, possivelmente deixando aos empregadores margem de manobra para continuarem a explorar os jovens.

Paralelamente a uma proposta de diretiva, a Comissão Europeia propôs também uma nova recomendação do Conselho para atualizar o Quadro de Qualidade para os Estágios, alargando o seu âmbito de aplicação a todos os tipos de estágios e incluindo princípios relativos ao acesso à remuneração e à proteção social. Congratulamo-nos por ler estes princípios numa proposta, mas lamentamos que a recomendação do Conselho não seja vinculativa.

O Fórum Europeu da Juventude continuará a defender os direitos dos jovens e a lutar por condições de trabalho justas. Apelamos ao Conselho Europeu e ao Parlamento Europeu para que reforcem o texto e assegurem que não existem lacunas que permitam que se continue a explorar os jovens. Para mais informações sobre esta proposta, leia o nosso artigo «[Two Steps Forward One Step Back](#)» [Dois passos em frente e um para trás].

Cláudia Pinto dirige as atividades de sensibilização do Fórum Europeu da Juventude sobre a transição dos jovens do ensino para o mercado de trabalho, com destaque para as políticas destinadas a melhorar a qualidade dos estágios na Europa. Especialista em política social e laboral europeia, trabalhou anteriormente na Confederação Europeia dos Sindicatos Independentes.

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Laura Lui (ll)

Colaboraram nesta edição

Daniela Vincenti (dv)
Dimitra Panagiotou (dp)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Giorgia Battiato (gb)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katerina Serifi (ks)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanis (mg)

Margarida Reis (mr)
Millie Tsoumani (mt)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Giorgia Battiato (gb)

Endereço

European Economic and Social Committee
Jacques Delors Building,
99 Rue Belliard,
B-1040 Brussels, Belgium
Tel. (+32 2) 546.94.76
Email: eescinfo@eesc.europa.eu

EESC info is published nine times a year during EESC plenary sessions. EESC info is available in 24 languages
EESC info is not an official record of the EESC's proceedings; for this, please refer to the Official Journal of the
European Union or to the Committee's other publications.

Reproduction permitted if EESC info is mentioned as the source and a link is sent to the editor.

06/2024